

SENSACÃO DE PLENITUDE

Conferências no Mosteiro da Batalha, maio de 2018

O mosteiro da Batalha como plenitude em Afonso Lopes Vieira

por Cristina Nobre

RESUMO

Muito jovem, Afonso Lopes Vieira tem um destaque central no folheto *Leiria-Batalha*, publicado em novembro de 1901, pela Academia Leiriense comemorando a transladação das cinzas de D. Afonso V, D. João II, D. Isabel e infante D. Afonso para o panteão de D. João I. O texto do jovem poeta ocupa a página 5, com o título “Um cicerone da Batalha”, ilustrado pela fachada do monumento da Batalha, e transporta-nos para os inícios do culto patrimonial, associando-o ao povo humilde que lhe serve de guia. Tito Larcher, então já figura proeminente do distrito leiriense, é o autor mais representado no folheto, mas não se devem esquecer outros, como Marques Júnior, António de Campos Júnior ou Acácio de Paiva. Nos volumes ensaísticos *Em demanda do Graal*, de 1922, e *Nova demanda do Graal*, de 1942, Lopes Vieira volta episodicamente ao património cultural da Batalha, mas será no derradeiro livro de poesia *Onde a terra se acaba e o mar começa* que figuras como a de Mouzinho de Albuquerque serão projetadas com mais intensidade, numa procura da plenitude que só o conceito de portugalidade poderia trazer.

COMUNICAÇÃO

Gostaria de começar esta conferência com uma superficial reflexão sobre o significado e o conceito filosófico de ‘plenitude’. Qualquer dicionário nos traz os sinónimos de ‘completude’, ‘integridade’, ‘totalidade’, ‘sem espaço’, o que no caso do Mosteiro da Batalha nos encaminha de imediato para o corpo do monumento e o seu estatuto patrimonial; porém a fuga da vertente espacial remete-nos para a locução em que se enxertou ‘sensação de plenitude’ e, na minha perspetiva, para vários edifícios acrescentados ao corpo principal da igreja e às denominadas Capelas Imperfeitas. Talvez este seja o monumento erigido, como baluarte de um novo poder monástico, que mais se foi enriquecendo com as teias dos desejos de plenitude dos descendentes de D. João I, transformando-o, assim, num objeto de arte iluminado pela natureza (que não a falha, nem o vazio...), em que até as imperfeições revelam sensações de plenitude.

Na verdade, a Capela do Fundador, ou capela funerária, foi acrescentada ao projeto inicial por D. João I, na expectativa de que toda a sua prole lá repousasse, mas D. Duarte vai procurar – sem conseguir concluir – criar para si uma capela idêntica, conhecida até hoje como Capelas Imperfeitas. Também D. Afonso V erigiu o claustro menor e dependências adjacentes; D. João II, bem como D. Manuel, após o seu interesse se ter fixado no Mosteiro dos Jerónimos, parecem já não ter dado tanta importância a este Mosteiro. No entanto, muitos séculos depois, no início do século XX, o rei D. Carlos I vai patrocinar a transladação de 4 monarcas para túmulos que se encontravam na Capela do Fundador sem nunca terem sido preenchidos: D. Afonso V, D. João II, D. Isabel e o infante D. Afonso.

O acontecimento realiza-se em novembro de 1901, e a memória dele pode hoje encontrar-se no folheto *Leiria-Batalha*. Numero unico. *Publicado pela Academia Leiriense comemorando a transladação das cinzas de D. Affonso V, D. João II, D. Izabel e infante D. Affonso para o pantheon de D. João I*, Leiria, 28 de Novembro de 1901. A capa apresenta uma fotografia do rei D. Carlos I e sua consorte, rainha D. Maria Amélia e tem a participação de várias figuras ilustres do distrito, com artigos de opinião nas primícias do registo em defesa do património. Tito Larcher, então já figura proeminente e futuro conservador do arquivo distrital, é o autor mais representado no folheto, mas não se devem esquecer outros, como Marques Júnior, António de Campos Júnior ou Acácio de Paiva. Curioso é vermos como este ‘panteão de D. João I’ só em 2016 atingiria o estatuto de Panteão Nacional...

Mais jovem do que os outros participantes, então com 23 anos, Afonso Lopes Vieira (1878-1946) tem um destaque central no folheto. O texto do jovem poeta ocupa a página 5, com o título “Um cicerone da Batalha”, ilustrado pela fachada do monumento da Batalha, e transporta-nos para os inícios do culto patrimonial, associando-o ao povo humilde que lhe serve de guia. Em traços gerais podemos dizer que Lopes Vieira, na introdução, reforça a importância da educação familiar na inscrição do gosto pelo património nas mais tenras idades, o que um século depois continuamos a repetir até à exaustão e faz parte dos nossos valores educativos:

A primeira vez que fui à Batalha e visitei o mosteiro, tinha eu cinco anos. Lembrome ainda, não precisamente das minhas comoções d'artista em romaria d'arte, mas do meu espanto [v]elado ante os túmulos e os claustros de pedra, e do grande medo com que subi, levado pelas mãos de minha mãe, a escada do coruchéu da Cegonha.

O desenvolvimento engana o leitor: pretende-se que vamos ter o retrato pormenorizado do velho guia do Mosteiro, mas a ' vaidade ' narrativa e de viajante experimentado do jovem narrador vai fazê-lo deambular pelas comparações com monumentos de Milão ou a portuguesa vila de Óbidos. A figura da personagem em causa fica, afinal, engrandecida (juntamente com a consciente clarividência do narrador...) com estas duas breves narrativas encaixadas. Veja-se apenas o início e o fim da descrição do guia:

[...] N'este tempo, um dos cicerones do Mosteiro era um velho baixo e rijo, de olhos azues, muito sympathico, d'aspecto militar, um veterano que ainda conhecera Frades. Fui amigo d'este bom homem, que me badalou depois, nas visitas que lá fazia em todas as férias grandes, as mesmas historias das vidas dos Architectos, dos reaes ossos dos túmulos, das guerras d'Aviz, e casos íntimos do convento, anedoctas da sua fundação e da sua legenda.

O que tornava interessante este guia velho e amavel, era o elle possuir a qualidade rara nos cicerones: a comoção. [...] /

Entre o sachrista italiano, o *Mil-Homens* e o meu velho guarda da Batalha havia a singular diferença que fazia d'este ultimo um companheiro encantador.

Era um narrador comovido da Historia, toda apprendida d'ouvido, porque lia mal e por cima.

O seu officio de longamente vaguear pelo Mosteiro familiarisara-o com a Casa, com os seus mortos e com a sua bellesa, e dera-lhe uma physionomia moral quasi d'Aviz, muito remota e sosinha no mundo. E, por exemplo, passeando com a gente pelo claustro do Convento, parava-nos á porta da casa do Capitulo, e apontava sorrindo para o bustosinho do Architecto legendário:

- Lá está o Affonso Domingues...

E dizia isto com tanta amizade, com tanta intimidade, que mais parecia um antigo camarada do grande cego, falando a amigos do seu Mestre. [...]

O escritor disserta ainda sobre o animal de estimação do guarda, para o humanizar ainda mais, e um seu encontro com Alexandre Herculano, para desfazer a noção de hierarquias intransponíveis entre intelectuais e gente do povo. Porém, o mais interessante para nós, quase 120 anos depois do seu

registo discursivo, é que na parte conclusiva do seu artigo se desligue do aparato social, que seguramente envolveu as cerimónias de trasladação, para se ater à singularidade e humildade de uma personagem do povo, sem lugar em nenhuma capela funerária mas divulgador emérito do património. Talvez os olhos da poesia possam ter acesso a 'sensações de plenitude' que o comum dos mortais nem suspeita:

Quando há três anos visitei o Mosteiro, não achei no seu posto o velho guarda.
Morrera.

E agora que no convento da Batalha se vão celebrar cerimónias imponentes e grandiosas, ahi, onde repoisam tantas ossadas de grandes do mundo, onde toda a poesia rural da Patria crystallizou em pedras que são como almas e cantam maravilha, - é-me, a mim, imensamente doce recordar este obscuro e este humilde, que humildemente envelheceu entremostrando aos outros o Passado, e talvez a amá-lo mais do que eles.

Passam 9 anos, a República instalar-se-á, e só em 1910 o Mosteiro da Batalha é considerado Monumento Nacional: iniciava-se assim, oficialmente, a abertura da janela patrimonial em Portugal. Mas seguiram-se tempos complexos: a I Grande Guerra havia de nos custar alguma mobilização, sobretudo com o CEP (Corpo Expedicionário Português), e ao desastre da Batalha de La Lys nenhum português podia ficar indiferente.

No final da guerra vão multiplicar-se os acontecimentos oficiais de tentativa de integração (sublimação?) deste desastre na memória coletiva, através da inauguração festiva ('sensação de plenitude?') de monumentos 'Ao soldado desconhecido', para que todos pudessem chorar e homenagear os corpos que não puderam ver. O que nos importa destacar é que também este túmulo se encontra no Mosteiro da Batalha, sob a arrojada abóbada da Casa do Capítulo e alumiado pela "Chama da Pátria" do Lampadário Monumental, da autoria de Lourenço Chaves de Almeida, amigo íntimo de Lopes Vieira. O túmulo tem Guarda de Honra e a proteção do mutilado "Cristo das Trincheiras", que no território de Neuve-Chapelle, na Flandres, foi companheiro constante das tropas portuguesas. Ora, neste caso a posição de Lopes Vieira, maduro adulto de 43 anos, vai ser de total marginalização. O facto é tanto mais estranho, quanto neste túmulo se tratava da inclusão do anónimo povo sacrificado, na casa da monarquia e do poder representado na pedra monumental. No dia 9 de

abril de 1921 foram conduzidos para esse Templo da Pátria, dois Soldados Desconhecidos, vindos da Flandres e da África portuguesa representando os gloriosos mortos enviados a essas expedições, símbolo do sacrifício heroico do Povo Português.

O escritor, em março de 1921, tinha vivido uma experiência dolorosa com a apreensão da sua poesia "Ao Soldado Desconhecido (Morto em França)" [SD]¹, texto que o levava a ser interrogado pelas autoridades, já que o Exército se sente melindrado e retratado em algumas das referências aí feitas, tomando à letra os versos:

"[...] a tua imensa
presença acusadora e aterradora
para quem te exportou como um animal,
se estenda sobre o céu de Portugal!"

Vários contemporâneos reagem a este acontecimento de um modo violento, atribuindo-lhe um significado político². Mas Lopes Vieira escreverá uma carta para o *Diário de Lisboa*, intitulada "Portugal na Guerra", na sequência de uma entrevista intitulada "Os Mutilados da Guerra ao Abandono?", onde tenta encontrar uma explicação para a "lenda urdida" à volta da sua poesia

¹ Tinha sido publicada em folheto de 4 pp., pela Imp. Libanio da Silva, em Lx., em Março de 1921, e as receitas da venda destinavam-se a "um orfão da Guerra". No *Diário de Notícias*, de 22 de Março de 1921, pode ler-se uma notícia curiosa sobre o acontecimento, causador de uma pendência entre ALV e o sr. António de Lorena Santos, oficial do exército, que reputava injurioso para o Exército português e, portanto, para si como elemento dessa instituição, o verso do poema "Para quem te exportou como um animal". A resposta dos representantes de ALV, além de desqualificar o oficial miliciano chamando-lhe subalterno, restituía à expressão em causa a sua verdadeira dimensão literária — "[...] declaravam, no entanto, que na frase mencionada não existe a mínima intenção de ofensa para o Exército Português, mas apenas uma expressão de valor literário cujo espírito de crítica política o seu constituinte inteiramente mantém." Ao jornal *Epoca*, de 19 de Março de 1921, ALV tinha dado uma entrevista, onde afirmou os seus intuítos nacionalistas da forma que se segue: "[...] Sobre o caso da apreensão da minha poesia *Ao soldado desconhecido* direi apenas algumas palavras porque elas me são pedidas, e mantenho o propósito de não permitir que, sob minha responsabilidade, se faça com este assunto qualquer reclamo. Detido durante umas horas e interrogado no Governo Civil, onde urbanamente me trataram, ahí respondo às perguntas que me fôram feitas e constam do auto que assinei. § Neste incidente, em que já um jornal chegou a atribuir-me qualquer intenção menos patriótica, insinuação contra que nem vale a pena protestar porque o meu nome e a minha obra, insignificantes como são, são também o mais eloquente desmentido a quem pretender agredir-me por esse modo, — neste incidente, uma coisa verifico com infinito prazer moral, e é a limpidez e a calma da minha consciencia. Escrevendo esses versos, que me honro de ter escrito, prestei ao heroe a melhor e a mais bela homenagem que o meu espirito foi capaz de conceber. Esses versos estão muito acima de todas as preocupações partidarias ou sectarias, — as quaes me não interessam — porque elas são a glorificação do Povo que se sacrificou com tanto e tão belo heroismo, a saudação funebre e heroica do recém-vindo á sua terra. § E eu tenho a absoluta convicção de que nunca escrevi uma pagina mais patriótica do que esta poesia, e de que esta poesia, e de que a sua intenção pelo menos, é digna do heroe." [apud R I, f. 128 v.].

² Algumas reacções encontram-se entre a correspondência particular de ALV, onde se pode ler um telegrama de António Correia de Oliveira, cartas de Augusto Gil, Teixeira de Pascoaes, Agostinho de Campos, Antero de Figueiredo, Augusto Gonçalves e Jaime Magalhães Lima. Da carta de Pascoaes, datada de 2 de Abril de 1921, destacam-se as palavras seguintes: "[...] Felicito-o, com o maior entusiasmo, pela sua bela poesia! Glorifica o martire e castiga os carrascos. É bem natural que eles se doeçam... A alma, quando fêre, é terrivel! § [...] Pobre *menino!* e pobres de nós todos os que amamos desinteressadamente a nossa Patria! Ele vae repousar na paz do tumulo e nós temos de arrastar ainda n'esta vida, com todos os crimes e infamias d'essa quadrilha de marroquinos que assaltou a velha Lusitania! Malfeteiros da peor especie disfarçados em ministros, senadores, deputados, filosofos, poetas, etc., etc. [...]" [BML, *Cartas [...]*, vol. VI].

apreendida, e reafirma-se o poeta do *instinto da nação*, pelo que qualquer *anti-intervencionismo* lhe seria penoso. Hoje, quase a 100 anos de distância, o que realçamos é a estética modernista que tanto aproxima este poema-narrativo de *O menino de sua mãe*, de Fernando Pessoa, comparação que ainda está por fazer.

Do espólio do poeta, podem extrair-se dois documentos inéditos que julgamos estar diretamente relacionados com este poema problemático e com a visita a Paris, que terá feito em novembro de 1921 a Adriano de Sousa-Lopes, já então considerado um pintor promissor, alojado num ateliê no boulevard Victor Hugo a pintar muitas das cenas vividas na Flandres, em La Lys, pela força/corpo de expedicionários portugueses, identificada pela sigla CEP.

O primeiro documento é uma carta para um dos soldados que viveu as atrocidades da Guerra, o mesmo a quem se dirigiu no poema *Ao Soldado Desconhecido*, e que agora é claramente nomeado como Manuel, reforçando a questão ideológica da missão patriótica e nacional e subalternizando a política republicana. O documento entra no género epistolar e faz uso de todos os recursos de familiaridade permitidos, entre os quais a ficcionalização de uma intimidade com o destinatário e sua vida afetiva e pessoal, bem como um hipotético encontro em Paris para assistir ao cortejo do *Soldado Desconhecido*, na Praça da Concórdia, a que se teria seguido um almoço entre o poeta e Manuel:

Carta ao Soldado a quem são dedicados os versos q. seguem.

Meu caro Manuel — Não sei se já estás na tua terra e se já te casaste com aquela rapariga de quem me falaste. Se estás, desejo q. sejas muito feliz porq. fiquei teu amigo desde o dia em q. vimos juntos o cortejo do Soldado Desconhecido, na Concórdia. Encontrámo-nos de manhã, um pouco arripiados com o frio, e almoçámos nos Campos Elíseos. Falámos da Guerra, de q. me contaste algumas cousas q. me ficaram para sempre no coração através das tuas palavras simples. Falámos de Portugal. Falámos da tua terra e da tua família, q. ha dois anos não vias. Vimos o cortejo no meio do povo e subimos depois com ele até ao Arco. Os Soldados franceses olhavam-te e alguns diziam alto: — *Un bersagliere!* — *Cuidam q. sou dos italianos*, dizias-me tu sorrindo. Como não quiseste jantar comigo (desconfio q. não quiseste porque tinhas namôro) fui abancar sòzinho num restaurante e começou então a cantar-me na cabeça esta cantiga q. te envio, recortada de um jornal. O *Manuel* q. lá está és tu, meu amigo, e é por isso q. te mando esta lembrança. Lê-a à tua família, a quem peço me recomendes, e sobretudo à tua noiva ou tua mulher, q. ha de achar graça à recordação. Adeus e recebe um abraço apertado deste teu amigo verdadeiro.

P. S. Onde está q. "foste vendido" não quer dizer q. eu acredite naquele dito q. andou no povo, de q. por cada um de vocês havia quem recebesse uma libra. "Vendido" quer dizer q. pela republica e não pela Nação te mandaram; tu bem o sentias e batendo-te bem, foste heroe duas vezes.

Janeiro de 1921.

/ Fiquei teu amigo, primeiro porq. eras um soldado da minha patria; depois, sobretudo, porq. eras um homem do povo a quem a

(BMLALV, B43, n.º33396, *apud* Nobre, 2005 II, pp. 468-469)

Esta carta é tão mais interessante quanto o *post-scriptum* é datado de janeiro de 1921, e já aí Lopes Vieira insiste em explicar o que entende pela expressão ‘foste vendido’, consciente de que uma interpretação literal lhe podia trazer melindres políticos e problemas vários (como veio a trazer...), num momento de grandes fragilidades governamentais do país.

Este inédito leva-nos a fazer a ligação com um outro poema, também inédito – ‘No dia do Poilu Inconnu’ (BMLALV, C17, n.º33816) - de 11 de novembro de 1920 – para afirmarmos que esta temática já era uma preocupação que vinha de trás:

No dia do "Poilu Inconnu"

Ao antigo soldado do C. E. P., meu companheiro nêsse dia.

O mais ignorado
e desconhecido
dos que foram à guerra,
és tu Manuel de Portugal,
pobre Manel da minha terra,
que foste exportado,
que foste vendido
e não morreste por teu mal,
como o Sem Nome que vai ser erguido
ao alto da Étoile!

Lá em baixo, naquela
nossa terra
— tão bela! —
mulatos e moiros venderam-te a peso
e foste p'ra a guerra;
sofreste a miséria, sentiste o desprêzo,
heróico e encolhido,
bravo Manuel, de Portugal,
pobre Manuel da minha terra,
que não morreste, por teu mal,
como o Sem Nome que vai ser erguido
ao alto da Étoile!

Ah! mas ainda assim
a tua sorte é boa:
há em Lisboa
camaradas teus
que pedem esmola por amor de Deus;
— eu vi-os, sim! —
a gente pobre dá-lhes esmola
(até os mendigos, da sua sacola)
choram, ao vê-los, as mulheres,
em automoveis passam os Berberes,
e um ou outro exilado

como eu, fica pálido e transido...
 Ouves Manuel? que foste exportado,
 que foste vendido
 e não morreste por teu mal,
 como o Sem Nome que vai ser erguido
 ao alto da Étoile!

Vem de aí comigo,
 com essa farda bem abotoada;
 Manuel, meu amigo,
 vamos ver as festas do teu camarada,
 entre a multidão
 de Paris, tão sós,
 ninguém saberá de nós
 nem das tristezas que por cá vão...
 Serenos sós na festa dos pendões
 encharcados de glória,
 e sózinhos nos nossos corações
 que não cantam vitória;
 sós — entre os poetas e os soldados,
 e ambos vencidos
 daquela terra nossa onde vendidos
 os Portugueses morrem de exilados!
 Ambos vencidos por igual,
 nascidos ambos no Desterro Azul
 lá em baixo, ao sul, e ambos olhando ao alto da Étoile!...

Paris, 11 de Novembro de 1920.

Afonso Lopes Vieira.

O segundo documento, de novembro de 1921, também inédito, mostra-nos de novo o poeta crítico relativamente à sua posição de excluído de uma guerra, apenas a 'entrevendo' através dos sonhos ou da arte pictórica. A posição de deitado e a referência a um divã – local de criação preferencial do poeta na casa de S. Pedro de Moel – não passam despercebidos e mostram ao leitor como o poeta, de certo modo, se autoflagelava por não ter estado efetivamente no lugar do perigo e da guerra e apenas a entrever pela distância da arte e do conforto:

*No "Front" do boulevard Victor
 ao grande pintor Sousa-Lopes*

A alva começava a clarear e, no meu vago entresonho, olhei... Estava nas trincheiras do C. E. P. Horrível, transiu-me o frio, e recordei, chorei, aquele azul lá de longe, q. é como os beijos q. eu quero.

A lama da terra encharcava-me, e a lama do ar, quasi tão espêssa como ela, tambem. À minha volta os camaradas, imoveis, sofriam como eu do frio, do abandono, da alva; e entre nós estava talvez aquele q. disse q. "a gente já não eramos homens, mas só *corage!*"

E nós todos, queríamos morrer bem, sem saber por quê, nem por quem, se era pela Patria, se era por aqueles q. nos abandonaram aqui, e se regalam.

Todos pensavamos numa Mulher, — mãe, noiva, irmã, — ou Numa q. vimos uma vez e não sabemos quem é...

— Mas subito sentimos o ataque, e desentorpecemos as almas para a morte...

... Então saí do meu entresonho, e achei-me deitado no divan dêste meu quarto improvisado no ateliê.

Paris, Novembro, 1921

(BMLALV, B43, n.º33396, *apud* Nobre, 2005 II, pp. 469-470)

Decididamente os *anos da graça* tinham passado, e Lopes Vieira prossegue a sua obra com uma vontade férrea de colocar os projetos pessoais muito acima de qualquer compromisso institucional, tendo o programa de ação Portugal como único patrono assumido, transformado em valor absoluto de uma causa cultural.

Na sequência deste episódio, o desalento do escritor perante a vida política do país e a classe dirigente intensifica-se e não o abandonará mais até ao fim da vida. Como comentará Aquilino Ribeiro, a propósito deste mesmo episódio, que se declara incapaz de compreender na totalidade e nas repercussões que terá tido em Lopes Vieira:

Numa democracia, entra para a esfera do arbítrio tudo o que seja coibir ou coarctar a faculdade de assentir ou dissentir do quer que seja, desde o mais fútil ao mais sagrado.

— Foram moiros que me levaram ao Governo Civil e me confiscaram o meu poema — declarava Afonso para os amigos e o mesmo disse na dedicatória do exemplar que me ofereceu. Moiro era o espírito alieno, demagógico, espúrio, anti-português ao actuar como causa eficiente deste despautério e de tantos mais da vida nacional. (Ribeiro, [1949]: 322).

Reagindo ao *ataque dos Mouros*, como insistia em lhe chamar, Lopes Vieira começa a refugiar-se na própria Pátria, num exílio que o deixará ainda mais isolado, e a sentir-se marginalizado por um certo quadro institucional, como consequência das posições assumidas. Se assistimos a um primeiro momento áureo e juvenil de ‘sensação de plenitude’ em relação com o Mosteiro da Batalha e seu valor patrimonial e educativo (embora desde logo intensamente localizado do lado do povo), o segundo momento, no auge da vida adulta, é de confronto político e social pelo modo como o Estado se serve do património e procura manipular a consciência crítica dos intelectuais.

O último livro de poesia, de 1940, *Onde a terra se acaba e o mar começa*, representará o terceiro momento desta ‘sensação de plenitude’, com a assertividade das temáticas do *instinto da nação*, das quais se sentiu sempre o guardião honrado e em missão permanente. O livro está dividido em três secções – *Canções da pequena pátria*, *No signo de Camões*, *Cantares dos búzios* – e é na primeira que os lugares patrimoniais da região mais se

evidenciam. Interessa-nos destacar que a abertura se faz com o poema “Mousinho”, transformando-o no grande herói de Portugal ‘bem-nascido de novo’:

[...] Mousinho: Portugal
 Bem-nascido de novo;
 Cavaleiro, letrado e gentil-homem
 Tão fidalgo e tão próximo do povo
 Que eu vi de jaleca e chapéu largo,
 Enrolando um cigarro
 E dizendo, com o seu sorriso que era
 O de um intelectual
 E o mais fino de todo o Portugal:
 - Ah! Como maça a gente o ser-se herói. [...]

Os outros poemas vão oscilar entre o louvor descritivo e transfigurador das paisagens nativas (“Pinhal do Rei”, “Aos pinheiros das dunas”, “Penedo da Saudade”) e a glorificação de figuras históricas ou míticas da região, poemas que fazem de Lopes Vieira o aristocrata popular aberto a uma moderna estética de inclusão das figuras humildes e esquecidas (“Amor”, “A Maria Parda”, “À senhora Maria Laranjo”, “Inês de Leiria”, “Lereno”). O poema “Memorial”, numa linha inovadora, apresenta autobiograficamente a personagem do tio-avô Rodrigues Cordeiro, assim como tudo aquilo que o poeta-escritor através dele aprendeu e herdou.

Na *Antologia Poética* de Afonso Lopes Vieira, organizada por Nuno de Sampayo, em 1966, ele sintetiza perspicazmente:

[...] Veja-se o amor de Afonso Lopes Vieira a Portugal, muito espontâneo, mas também muito meditado. Este sonhador foi estranhamente lúcido; este saudosista, admirador do passado, possuía uma arguta consciência das deficiências do presente. O nefelibata soube descer à terra para reprovar ou causticar; fê-lo como patriota, mas também como esteta. [...]

Julgo que é precisamente nesta ‘sensação de plenitude’ – acima de tudo estética – que devemos procurar a relação estabelecida por Afonso Lopes Vieira com o Mosteiro da Batalha, essa *memória da vitória* de Portugal, como elemento fundamental da nossa identidade: a portugalidade.